

REGULAMENTAÇÃO DE CANTINAS, CONSUMO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NAS CANTINAS DE ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS BRASILEIRAS

Congresso Brasileiro Online de Nutrição da Criança e do Adolescente, 1ª edição, de 11/01/2021 a 15/01/2021
ISBN dos Anais: 978-65-86861-33-4

ASSIS; Máira Macário de¹, ROCHA; Luana Lara², GRATÃO; Lúcia Helena Almeida³, SILVA; Thales Philipe Rodrigues da⁴, CARMO; Ariene Silva do⁵, CUNHA; Cristiane de Freitas⁶, OLIVEIRA; Tatiana Resende Prado Rangel de⁷, MENDES; Larissa Loures⁸

RESUMO

Introdução: A implantação de políticas públicas que regulamentem o ambiente alimentar no âmbito das escolas é uma importante medida de prevenção da obesidade entre crianças e adolescentes. As cantinas são um dos locais de acesso e aquisição de alimentos no ambiente escolar. Especificamente em escolas públicas, os alimentos comercializados nas cantinas podem competir com as refeições ofertadas pelo Programa Nacional de Alimentação do Escolar (PNAE). Contudo, estudos investigando os efeitos da regulamentação do comércio de alimentos nas cantinas sobre os hábitos alimentares dos estudantes brasileiros ainda são escassos. **Objetivos:** Avaliar o impacto da regulamentação sobre a adesão ao PNAE entre os estudantes de escolas públicas e sobre a aquisição de alimentos nas cantinas entre os estudantes de escolas públicas e privadas das capitais brasileiras. **Método:** Os dados são provenientes do Estudo de Riscos Cardiovasculares em Adolescentes (ERICA) de delineamento transversal, base escolar e representativo para as capitais. A população estudada incluiu 53.608 adolescentes de 12 a 17 anos de idade de 924 escolas das 27 capitais brasileiras. As variáveis de desfecho foram o consumo de alimentação escolar como indicador da adesão ao PNAE (modelo 1: escolas públicas) e a aquisição de alimentos na cantina da escola (modelo 2: escolas públicas e modelo 3: escolas privadas). O fator de exposição foi a existência de regulamentação para o comércio de alimentos na cantina. Para o ajuste do modelo 1 foram consideradas as variáveis sexo, idade, cor da pele, escore socioeconômico e aquisição de alimentos na cantina e para os modelos 2 e 3, estas mesmas variáveis foram consideradas, exceto a variável aquisição de alimentos na cantina. A análise dos dados foi realizada utilizando-se Regressão de Poisson Múltipla pelo software STATA versão 14.0, mediante o uso do comando `svy`, devido ao delineamento complexo da amostra. O projeto deste estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, parecer nº 1.883.010/2017, classificado como pesquisa multicêntrica. **Resultados:** Os adolescentes de escolas públicas cobertos pela regulamentação apresentaram aumento na adesão ao PNAE (RP=1,29, $p<0,001$) e redução na aquisição de alimentos na cantina (RP=0,73; $p<0,001$). Para os adolescentes de escolas privadas, não foi observada associação estatística significativa entre a cobertura da regulamentação e a aquisição de alimentos na cantina escolar ($p>0,05$). **Conclusão:** A presença de regulamentação municipal e estadual do comércio de alimentos nas cantinas aumentou a adesão ao PNAE e reduziu a aquisição de alimentos na cantina entre os estudantes de escolas públicas das capitais brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescentes, Alimentação Escolar, Ambiente Alimentar Escolar, Cantina, Políticas Públicas.

¹ Universidade Federal de Minas Gerais, mairamacario@outlook.com

² Universidade Federal de Minas Gerais, luanalarocha@gmail.com

³ Universidade Federal de Minas Gerais, luciagratão@gmail.com

⁴ Universidade Federal de Minas Gerais, thalesphilipe27@hotmail.com

⁵ Universidade Federal de Minas Gerais, arieneccarmo@gmail.com

⁶ Universidade Federal de Minas Gerais, cristianedefreitasacunha@gmail.com

⁷ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, tatianapradorangel@gmail.com

⁸ Universidade Federal de Minas Gerais, larissalouresmendes@gmail.com